

As classes dominantes brasileiras estão em um mato sem cachorro. Quer dizer, contam só com os cachorros de antigamente. Civis ou militares. As velhas políticas e seus velhos expedientes de governança. Todos com validade vencida. Inclusive os velhos golpes militares. Não servem mais para nada. Ou quase nada. Totalmente inoperantes para as os novíssimos desafios materiais da acumulação globalizada do capital. É nisso que consiste a explosiva originalidade da crise atual. A sociedade civil emaranhada pela ingovernabilidade burguesa.

O mesmo emaranhamento ocorre com seus ideólogos mais destacados. Desarmados pela própria evolução dos fatos para esclarecer qualquer coisa a respeito da atual crise política, a saída é apelar para vazias generalidades. Para um dos seus mais tradicionais jornais, por exemplo, “o que é preciso fazer, para o encaminhamento de uma solução pertinente para a crise, é ter uma clara noção da situação, uma visão nítida de para onde se pretende conduzir o País e um balanço realista dos meios de que se dispõe para tanto”. (O Estado de S. Paulo, “Uma questão de liderança”, 28 Maio 2017).

Um diagnóstico abstrato para uma situação concreta. Puro academicismo. Não sai do lugar. Em todo o editorial não oferecem nenhuma palavra ao que eles chamam de “clara noção da situação”. Muito menos à “visão nítida de para onde se pretende conduzir o País”. Menos ainda de “um balanço realista dos meios de que se dispõe para tanto”. Apenas um amontoado de considerações morais acerca de pecados cometidos por políticos, empresários e outras figuras burguesas que teriam levado à crise atual.

Como sair da crise? Simples. Lideranças individuais. Velhas ou novas tanto faz. No reino animal sempre existe um líder para comandar a matilha. O único remédio receitado pelo editorialista é encontrar “lideranças políticas prontas para dar as respostas rápidas e eficientes que o momento exige”. Essa infertilidade intelectual vai além da naturalização que os ideólogos burgueses fazem da política. Aliás, de toda a vida social. Além das matilhas, deriva de precisas e inabaláveis decisões econômicas da burguesia que o editorialista representa.

Trataremos destas bases materiais mais abaixo. Vejamos por enquanto o que as lideranças políticas disponíveis realmente andam fazendo em busca de uma saída para a crise política. Talvez o nosso editorialista do Estadão, ao receitar seu remédio, estivesse pensando nos ex-presidentes Sarney, Cardoso e Lula. Neste exato momento, essas três sumidades morais da cultura nacional costuram o chamado “acórdão”. Costurar pelo alto a saída das crises nacionais. Como as “elites” sempre fizeram em crises políticas no passado. O mercado conta muito com o sucesso desta nova empreitada das “elites”.

Dois objetivos principais do “acordão”. Primeiro, tirar da manga do colete um nome que, via eleição indireta, ocupe o lugar de Temer. Segundo, forte desaceleração da Lava Jato, esfriamento das delações e desmonte acelerado das condenações e prisões de gente como Cunha, Palloci, Cabral, Odebrecht, Maluf, Vacari, Eike, Aécio, além de outras celebridades empresariais e outros serviçais da nobilíssima sociedade civil brasileira.

O distinto público não foi informado por que não chamaram também o ex-presidente Collor para participar dessa obscena confraria de ex-presidentes. Nem a ex-presidente Rousseff. Afinal, o que distingue moralmente esses ex-presidentes uns dos outros? Collor e Rousseff das grandes eminências Sarney, Cardoso e Lula? Absolutamente nada. É muito preconceito. Começou mal o “acordão”. E terminará pior ainda.

Mas não é por isso que o “acordão” atualmente em curso será impotente para estancar a crise de ingovernabilidade que ameaça seriamente o Estado brasileiro. Afinal, Collor e Dilma não representam muita coisa nessa altura do campeonato. A ingovernabilidade se agravará porque o “novo presidente” a ser eleito indiretamente pela nobre base aliada do Congresso Nacional assumirá seu mandato com um programa simples e direto: aprovar as reformas trabalhistas e da Previdência, além de pulso firme no congelamento dos gastos do orçamento, este último já aprovado e em plena execução neste breve governo Temer.

Esqueçam o cenário de que um novo presidente seja ele eleito indiretamente ou diretamente, agora ou em 2018, de esquerda ou de direita promova uma volta ao antigo e muito bem sucedido programa anticíclico de Mantega, que os idiotas economistas liberais e dos interesses imperialistas chamam desdenhosamente de “nova matriz econômica”: diminuição da taxa de juro, expansão do crédito ao consumidor, recomposição do salário mínimo, política fiscal de aumento de gastos em obras de infraestrutura, financiamentos gigantescos a juros subsidiados do BNDES aos capitalistas e suas empresas privadas, esmolinhas do bolsa família para a massa de desvalidos, etc. O oposto do que se pratica atualmente. Aliás, que se pratica desde o segundo governo Dilma. O qual oficializou a atual crise política. E por isso caiu do cavalo.

Qualquer governo que se apresente no quadro de ingovernabilidade atual adotará esta política altamente contracionista e liquidacionista de Dilma e Temer. Isso porque não se trata de política do presidente de plantão, mas de necessidade material e de decisão política já tomada pela burguesia e demais classes parasitas do sistema imperialista que comandam o destino da nação.

Somada ao compromisso também inabalável de continuidade da política monetária das maiores taxas reais de juros do mundo, o liquidacionismo em curso do velho regime que

vigorou do pós-guerra até agora jogará para as profundezas do inferno o nível de atividade da economia e, de maneira inversamente proporcional, elevará ao infinito o desemprego e a miséria da imensa maioria da população.

Esta é a realidade dos fatos: a necessária continuidade da atual política econômica contracionista e liquidacionista das forças produtivas do trabalho é o que comanda os desdobramentos da política. Comandaré o inevitável agravamento da crise de governabilidade. É neste rastro sinistro que a agudização da luta de classes nas ruas derrubará cada novo presidente parido pelos sucessivos “acordões das elites”. Em um tempo cada vez mais curto que o que se levou para derrubar o já brevíssimo governo Temer. Aumentará a volatilidade dos sucessivos presidentes ou ditadores nacionais. Quer dizer, os sucessores presidentes e ditadores permanecerão menos tempo sentados em suas balançantes cadeiras palacianas que os substituídos. Aproximando progressivamente de uma criativa e revolucionária guerra civil na maior economia do lado de baixo do Equador.